

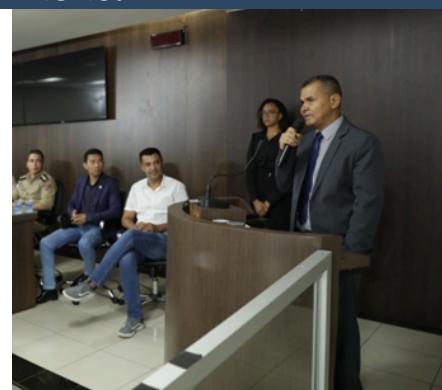


BOLETIM AMCM

ASSOCIAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO E UNIÃO DAS
CÂMARAS MUNICIPAIS DE MINAS GERAIS



ACÇÕES QUE MOVIMENTARAM AS CÂMARAS MUNICIPAIS POR TODO O ESTADO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026.



TRANSPARÊNCIA EM PAUTA: CÂMARAS MINEIRAS ENTRAM NO CICLO 2026 DO PNTP

PÁGINA 8

JANAÚBA APOSTA NA JUVENTUDE E LANÇA PARLAMENTO JOVEM MINAS

PÁGINA 3

CURVELO LANÇA CÂMARA JOVEM E INCENTIVA FORMAÇÃO POLÍTICA

PÁGINA 5

JANUÁRIA FORTALECE CIDADANIA COM CRIAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

PÁGINA 6

ASSEMBLEIA DE MG APOSTA EM INFORMAÇÃO PARA PROMOVER INCLUSÃO DE PCDS

PÁGINA 7

A PALAVRA DO PRESIDENTE

PÁGINA 2

PALAVRA DO PRESIDENTE

POR EDUARDO VINICIUS SOARES FERREIRA - PRESIDENTE DA AMCM

A Associação Mineira das Câmaras Municipais (AMCM) inicia um novo capítulo em sua trajetória com o lançamento deste boletim informativo — um canal pensado para aproximar, integrar e fortalecer o Legislativo Municipal em todas as regiões de Minas Gerais. Mais do que informar, esta publicação nasce com o propósito de valorizar o trabalho desenvolvido nas Câmaras, dar visibilidade às boas práticas e estimular a troca de experiências e conhecimentos entre vereadores e vereadoras de todo o estado.

A AMCM é, acima de tudo, uma entidade construída coletivamente. Ela pertence a cada parlamentar municipal, independentemente do porte ou localização do seu município. É nesse espírito de união que reafirmamos: aqui, todos têm voz, espaço e pertencimento. Nosso compromisso é garantir que essa pluralidade se transforme em força, representatividade e resultados concretos para a população mineira.

Este boletim representa um avanço institucional importante. Trata-se de uma ferramenta estratégica de comunicação e qualificação, que permitirá compartilhar iniciativas inovadoras, divulgar projetos de



destaque e fomentar o aprimoramento contínuo das atividades legislativas. Ao ampliar o acesso à informação e incentivar o intercâmbio de ideias, contribuimos diretamente para uma atuação mais eficiente, transparente e conectada com as demandas da sociedade.

Vivemos um tempo em que inovação, cooperação e conhecimento são fundamentais para o fortalecimento das instituições públicas. Nesse contexto, a AMCM se consolida como uma rede de parceiros comprometidos com um objetivo

comum: impulsionar o desenvolvimento das nossas cidades e do nosso estado, por meio do fortalecimento do Legislativo Municipal.

Como presidente, faço questão de reforçar: a AMCM é de todos os vereadores e vereadoras de Minas Gerais. Este espaço foi criado para acolher, representar e dar protagonismo a cada um de vocês. A partir das próximas edições, teremos a oportunidade de conhecer melhor os membros da nossa diretoria e toda essa rede de lideranças que trabalham, diariamente, pelo bem comum.

Convidamos todas as Câmaras e associações a participarem ativamente deste canal, compartilhando suas experiências, sugestões e iniciativas. É por meio dessa construção conjunta que fortaleceremos ainda mais nossa atuação e ampliaremos nosso impacto.

Agradecemos também ao Centro de Apoio às Câmaras da Assembleia de Minas (CEAC), à Escola do Legislativo da Assembleia de Minas, à Associação Mineira de Municípios (AMM) e à Frente Mineira de Prefeitos (FMP), bem como aos diversos profissionais que, sempre disponíveis e com boa vontade, têm contribuído para o fortalecimento do nosso propósito.

Seguimos firmes, com responsabilidade e propósito, na missão de promover um Legislativo Municipal mais forte, integrado e inovador.

REFORMA TRIBUTÁRIA E O FIM DO ISS: MUNICÍPIOS TERÃO QUE SE REINVENTAR



Dr. Fernando César Morandi

A aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023 marca uma mudança histórica no sistema tributário brasileiro e inaugura um novo cenário para os municípios, especialmente no que se refere à arrecadação e à autonomia fiscal.

No centro dessa transformação está a substituição do Imposto Sobre Serviços (ISS), previsto no artigo 156 da Constituição Federal, pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A mudança não é apenas técnica, mas estrutural, com impactos diretos na gestão pública municipal.

Atualmente, o ISS representa uma das principais fontes de receita dos municípios. Com arrecadação local direta e alíquotas que variam entre 2% e 5%, conforme a Lei Complementar nº 116/2003, o imposto garante autonomia para definição de políticas fiscais e possibilidade de atração de empresas por meio de incentivos.

Com a implementação do IBS, esse cenário muda profundamente. O novo imposto terá gestão compartilhada entre estados e municípios, com arrecadação centralizada e posterior redistribuição por meio de um comitê gestor nacional.

Outro ponto relevante é a mudança no critério de arrecadação. O imposto deixará de ser cobrado na origem — ou seja, no local do prestador do serviço — e passará a ser cobrado no destino, onde o serviço é efetivamente consumido.

Na prática, isso pode provocar perdas significativas para municípios com forte base econômica em serviços, como cidades com atuação em tecnologia, finanças, saúde privada e consultorias. Em contrapartida, municípios com perfil mais consumidor podem registrar aumento de receitas.

A reforma também elimina a autonomia municipal para definição de alíquotas específicas, reduzindo a capacidade de implementação de políticas fiscais locais e de atração de investimentos.

Outro impacto importante é a maior dependência de transferências, uma vez que a arrecadação será centralizada. Isso pode afetar a previsibilidade de caixa e tornar a gestão fiscal mais dependente de critérios definidos em âmbito nacional.

Apesar dos desafios, a reforma apresenta pontos positivos, como a simplificação do sistema tributário, a redução da guerra fiscal entre municípios e maior racionalidade econômica.

No entanto, o sucesso desse novo modelo dependerá de fatores como governança eficiente, transparência na distribuição dos recursos e mecanismos eficazes de compensação para municípios que venham a perder arrecadação.

Diante desse cenário, será fundamental que os municípios se adaptem, revisem suas estratégias e fortaleçam o planejamento fiscal.

As câmaras municipais terão papel decisivo nesse processo, acompanhando a implementação da reforma, fiscalizando seus impactos e contribuindo para garantir equilíbrio e sustentabilidade nas finanças públicas locais.

Autor: Fernando César Morandi, Advogado (OAB/MG 58.991), especialista em Direito Público e sócio do escritório Fernando Morandi Sociedade Individual de Advocacia, com atuação na assessoria jurídica de municípios e instituições públicas.

JANAÚBA APOSTA NA JUVENTUDE E LANÇA PARLAMENTO JOVEM MINAS 2026



A Câmara Municipal de Janaúba deu mais um passo importante no fortalecimento da cidadania ao lançar oficialmente o Parlamento Jovem Minas 2026. A iniciativa, realizada no plenário da Casa Legislativa, reuniu autoridades, educadores e lideranças locais em um evento que marca o início de uma jornada de formação política para estudantes do ensino médio.

Conduzido pelo presidente da Câmara, vereador Almir Dias Santos, o lançamento destacou a importância de aproximar os jovens do funcionamento do Poder

Legislativo, incentivando o pensamento crítico, o diálogo e a participação democrática. A coordenação local do projeto está sob responsabilidade de Lucélia Alves, com apoio institucional de diversos setores.

A ampla participação no evento reforça o alcance da iniciativa. Representantes da educação, segurança pública, entidades de classe e lideranças comunitárias estiveram presentes, demonstrando o engajamento coletivo em torno da formação cidadã da juventude.

Neste ano, o Parlamento Jovem traz como tema central a inclusão da pessoa com deficiência e com neuro divergência. A proposta é promover debates sobre acessibilidade, respeito às diferenças e construção de políticas públicas mais inclusivas, preparando os jovens para uma atuação consciente e responsável na sociedade.

Ao longo dos próximos meses, os estudantes participarão de oficinas, encontros e atividades práticas que simulam o dia a dia do Legislativo. Ao final, as propostas elaboradas poderão ser encaminhadas para apreciação em nível estadual, ampliando o impacto do projeto.

Mais do que um programa educacional, o Parlamento Jovem se consolida como uma ferramenta de transformação social, fortalecendo o protagonismo juvenil e reafirmando o compromisso da Câmara de Janaúba com a transparência, a cidadania e a participação popular.

JORNADA DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.

TECNOLOGIA TRANSFORMA CÂMARA DE SÃO FRANCISCO EM REFERÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA

A Câmara Municipal de São Francisco vive um novo momento marcado pela inovação e pela aproximação com a população. Ao investir em tecnologia e ampliar seus canais de comunicação, o Legislativo local fortalece a transparência e torna suas ações mais acessíveis aos cidadãos.

Um dos principais avanços é a implantação do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), que moderniza a tramitação de projetos e elimina a burocracia do papel. Com a digitalização, todo o processo legislativo passa a ser rastreável, permitindo que o cidadão acompanhe cada etapa, do protocolo à aprovação das leis.

O novo portal institucional também representa um salto na prestação de serviços, funcionando como um verdadeiro “balcão virtual”. A ferramenta facilita o acesso às informações e aproxima a população dos gabinetes parlamentares.

Além do ambiente digital, a Câmara ampliou sua presença nos meios de comunicação tradicionais. A Rádio 95.5 FM leva informações sobre as atividades legislativas a diferentes públicos, inclusive nas áreas rurais. Já a TV Câmara, no canal 17, transmite sessões e conteúdos educativos, ampliando a transparência e o caráter pedagógico do Legislativo.

Essas iniciativas reforçam a governança e ampliam a participação popular, criando um ambiente mais aberto e acessível. Quando a informação circula de forma clara, o cidadão se torna mais ativo na fiscalização e no acompanhamento das ações públicas.

Com esse conjunto de ferramentas, a Câmara de São Francisco reafirma seu compromisso com uma gestão moderna, transparente e conectada com as necessidades da população.



ECONOMIA DA CÂMARA VIRA INVESTIMENTO EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA EM BUENÓPOLIS

Em Buenópolis, a atuação da Câmara Municipal tem demonstrado, na prática, que o Legislativo vai muito além da função de legislar. Com uma gestão responsável e comprometida com o interesse público, vereadores e presidência adotaram uma postura proativa na condução dos recursos, gerando economia e, principalmente, resultados concretos para a população.

O fruto dessa eficiência já tem destino certo. Em alinhamento com o Executivo, foi definido que R\$ 300 mil serão destinados para zerar a fila de exames de ressonância magnética. A medida representa um avanço significativo na área da saúde, garantindo mais rapidez nos diagnósticos e contribuindo diretamente para a qualidade de vida da população.

Além disso, outros R\$ 200 mil serão investidos na reforma completa do prédio da Câmara Municipal. A modernização da chamada “Casa do Povo” busca oferecer



melhores condições de trabalho aos servidores e um ambiente mais acolhedor e adequado para o atendimento aos cidadãos. Outro ponto de destaque é a transparência na condução de todo o processo.

A prestação de contas foi realizada de forma clara e acessível, reforçando o compromisso do Legislativo com uma gestão de “portas abertas”, onde a população pode acompanhar de perto como cada recurso público está sendo aplicado.



A parceria entre a Câmara, o prefeito Zé do Ford e a Secretaria de Saúde foi essencial para viabilizar as ações. Essa harmonia institucional demonstra que, quando há responsabilidade e diálogo, o dinheiro público é revertido em benefícios reais para a população.

Mais do que números, o exemplo de Buenópolis mostra que uma gestão eficiente e transparente pode gerar impacto direto na vida das pessoas, reafirmando o compromisso do Legislativo com o desenvolvimento social e o bem-estar coletivo.

NOVA LEI DEFINE REGRAS NACIONAIS PARA DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS

Entrou em vigor a lei que define regras nacionais para o desmembramento de municípios. Publicada no Diário Oficial da União da quinta-feira (16/4), a norma foi sancionada sem vetos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A Lei Complementar 230/26 estabelece que parte do território de um município só poderá ser incorporada a outro com:

- iniciativa da Assembleia Legislativa estadual;
- estudo de viabilidade; e
- realização de plebiscito pelos eleitores dos municípios envolvidos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Mais detalhes na íntegra da matéria:

https://www.camara.leg.br/noticias/1263920-nova-lei-define-regras-nacionais-para-desmembramento-de-municipios/?utm_source=Boletim-Teste&utm_medium=email&utm_campaign=Boletim



CÂMARA DE LUISLÂNDIA ABRE DEBATE SOBRE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES



A Câmara Municipal de Luislândia realizou uma audiência pública para discutir os Projetos de Lei Complementar nº 01/2026 e nº 02/2026, que tratam dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores municipais. O encontro reforçou a importância do diálogo e da participação popular em decisões que impactam diretamente o funcionalismo público.

A Câmara realizou da audiência e abriu espaço para a manifestação de servidores e cidadãos.

A apresentação técnica conduzida pelo jurídico da Casa trouxe esclarecimentos sobre os projetos em análise, permitindo que os participantes contribuíssem de forma qualificada. Durante o debate, foram levantadas questões relevantes, como férias, adicional por quinquênio, periculosidade e outros pontos que, segundo os servidores, necessitam de ajustes.

A presença ativa dos vereadores e da comunidade evidenciou o compromisso do Legislativo com a escuta e a transparência. Todas as contribuições registradas serão encaminhadas ao Executivo, com sugestões de aprimoramento dos textos, demonstrando responsabilidade institucional no encaminhamento das demandas.

A discussão dos planos de carreira é considerada etapa fundamental para a realização de concurso público no município, o que poderá trazer mais organização administrativa e valorização dos servidores.

Mesmo diante de desafios, a Câmara de Luislândia reafirma seu papel como espaço democrático de debate, garantindo que a população tenha voz ativa na construção das políticas públicas.

JOVENS DE CURVELO VIVENCIAM ELEIÇÕES E APRENDEM CIDADANIA NA PRÁTICA

A Câmara Municipal de Curvelo aposta na formação cidadã como caminho para o futuro e lança o programa Câmara Jovem, uma iniciativa inédita voltada a estudantes do ensino fundamental. O projeto busca aproximar os jovens da política e estimular a participação democrática desde cedo.

Destinado a alunos do 6º ao 9º ano das redes pública e privada, o programa oferece uma experiência prática do funcionamento do Legislativo. Os participantes terão a oportunidade de vivenciar todas as etapas do processo político, desde o debate de ideias até a elaboração de propostas.

Um dos destaques da iniciativa é a simulação completa de eleições, com o uso de urnas eletrônicas em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. A proposta garante realismo e permite que os estudantes compreendam, na prática, como funciona o sistema eleitoral brasileiro.



Ao todo, 25 vereadores jovens serão eleitos para um mandato simbólico de um ano. Durante esse período, eles participarão de oficinas, debates e atividades legislativas, desenvolvendo projetos voltados às demandas da comunidade.

Mais do que uma ação educativa, o Câmara Jovem busca despertar valores como responsabilidade social, liderança e pensamento crítico, preparando os estudantes para uma atuação consciente na sociedade.

A iniciativa reforça o compromisso da Câmara de Curvelo com a educação, a cidadania e a construção de uma cultura política mais participativa.



JANUÁRIA FORTALECE CIDADANIA COM CRIAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

A Câmara Municipal de Januária dá um passo importante na qualificação da gestão pública e na promoção da cidadania com a criação da Escola do Legislativo. A iniciativa nasce com o objetivo de oferecer suporte técnico às atividades parlamentares e ampliar a formação de agentes políticos, servidores e da sociedade.

Entre suas principais missões estão a capacitação, a realização de estudos e pesquisas e o incentivo à formação de novas lideranças. A proposta também prevê a integração com instituições de ensino e órgãos públicos, fortalecendo o intercâmbio de conhecimento.

A primeira grande ação da Escola será a participação no Parlamento Jovem Minas 2026, programa consolidado que envolve mais de 200 municípios e promove a formação política de estudantes do ensino médio. A adesão de Januária representa um avanço na inclusão dos jovens no debate democrático.

Outro destaque é o Acordo de Cooperação Técnica com o Senado Federal, que permitirá o acesso ao programa Interlegis, ampliando a oferta de cursos, capacitações e ferramentas tecnológicas.

A Escola também atuará no fortalecimento de iniciativas já existentes, como visitas guiadas e o resgate da memória do Legislativo, aproximando ainda mais a Câmara da população.

Com essa iniciativa, a Câmara de Januária reafirma seu compromisso com a transparência, a formação cidadã e o desenvolvimento institucional, consolidando-se como um espaço de aprendizado, diálogo e construção coletiva.



ALFENAS APOSTA NA INCLUSÃO COM PROJETO QUE ADAPTA SESSÕES DE CINEMA PARA PESSOAS COM TEA



A Câmara Municipal de Alfenas avança na promoção da inclusão social ao apresentar o Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2026, que institui o “Cinema Acolhe” no âmbito da Escola do Legislativo Professor Edson Antônio Velano. A proposta, de autoria do presidente Matheus Paccini Pereira e do vereador Márcio Fernando Costa (Márcio Dunga), reforça o compromisso do Legislativo com o acesso à cultura para todos.

O projeto foi desenvolvido com foco em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), propondo a realização de sessões de cinema adaptadas às necessidades sensoriais desse público.

A iniciativa busca criar um ambiente mais acolhedor, respeitoso e inclusivo, permitindo que mais famílias tenham acesso ao lazer de forma segura e confortável.

Entre as principais medidas previstas estão a redução do volume do áudio, a manutenção de iluminação parcial durante as exibições e a liberdade de circulação no espaço, respeitando as particularidades de cada pessoa. Sempre que possível, também será disponibilizado um ambiente de acolhimento sensorial, além de orientações prévias ao público sobre comportamentos inclusivos.

Mais do que ampliar o acesso ao cinema, o projeto tem um papel educativo importante. A proposta incentiva a conscientização sobre a neurodiversidade, promovendo o respeito às diferenças e fortalecendo uma cultura de inclusão no município.

A iniciativa demonstra como o Poder Legislativo pode atuar de forma sensível às demandas da sociedade, criando políticas públicas que impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Ao unir cultura, inclusão e cidadania, a Câmara de Alfenas reafirma seu compromisso com uma cidade mais acessível e humana.



JUVENTUDE GANHA VOZ EM CORONEL MURTA COM LANÇAMENTO DO PARLAMENTO JOVEM

A Câmara Municipal de Coronel Murta deu um passo importante na promoção da cidadania ao realizar o lançamento da primeira edição do Parlamento Jovem de Minas no município. O evento, realizado no dia 27 de março, no Salão Paroquial, marcou o início de uma iniciativa voltada à formação política e ao protagonismo dos jovens.

Com grande participação da comunidade, o encontro foi marcado por momentos de troca, aprendizado e diálogo, evidenciando o potencial transformador do projeto. A proposta coloca os jovens no centro das discussões, incentivando a construção de ideias, o debate de propostas e o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a realidade local.

O Parlamento Jovem é uma iniciativa consolidada em Minas Gerais e chega a Coronel Murta com a missão de aproximar os estudantes do funcionamento do Poder Legislativo. Ao longo do projeto, os participantes terão a oportunidade de vivenciar experiências que estimulam a participação democrática e o engajamento social.

Neste ano, o tema central será a inclusão da pessoa com deficiência e com neurodivergência, promovendo reflexões importantes sobre acessibilidade, respeito e equidade. A escolha do tema reforça o compromisso com uma sociedade mais justa e inclusiva.



Mais do que um evento pontual, o lançamento representa o início de um processo contínuo de formação cidadã. O Parlamento Jovem se consolida como um espaço de escuta, diálogo e construção coletiva, onde os jovens podem desenvolver habilidades, expressar ideias e contribuir para o futuro do município.

Com essa iniciativa, a Câmara de Coronel Murta reafirma seu papel como agente de transformação social, investindo na juventude e fortalecendo os pilares da democracia.

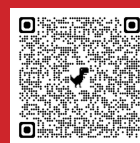
ASSEMBLEIA APOSTA EM INFORMAÇÃO PARA PROMOVER INCLUSÃO DE PCDS

A informação como porta de entrada para a cidadania. É com esse princípio que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) lança sua nova campanha publicitária voltada à inclusão de pessoas com deficiência (PcD). Com o mote “O acesso à informação é a chave da inclusão”, a iniciativa coloca em evidência um instrumento essencial: o Guia Prático Direitos, Benefícios e Serviços para Pessoa com Deficiência.

Mais do que uma publicação, o guia surge como um facilitador de caminhos. Elaborado pela Assembleia para simplificar o acesso a informações confiáveis, o material orienta procedimentos, reduz dúvidas e fortalece a relação entre as PcDs e o poder público.

A campanha aposta em peças impressas e audiovisuais com QR code, que direciona diretamente ao conteúdo completo, ampliando o alcance e a acessibilidade. O início da veiculação da campanha está marcado para o dia 21 de abril de 2026, em mídias de todo o Estado.

Mais informações:



OFICINA DE REDAÇÃO PARA O PARLAMENTO JOVEM

O primeiro módulo da oficina de redação do parlamento jovem 2026 está aberto para inscrição e realização. O objetivo é dar aos jovens noções básicas sobre as características específicas do texto propositivo e sobre a utilização da norma padrão para a redação de propostas claras e objetivas. A professora é Marcele Carvalho Diniz, redatora-revisora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O primeiro módulo da oficina segue até 12 de junho e será seguido de outros dois módulos, estes mais focados na redação das propostas aprovadas nas etapas municipal e regional do projeto.



Inscrição e mais informações em EaD ALMG / Cidadão:

https://ead.almg.gov.br/moodle/course/index.php?categoryid=11&utm_source=Boletim-Teste&utm_medium=email&utm_campaign=Boletim

TRANSPARÊNCIA EM PAUTA: CÂMARAS MINEIRAS ENTRAM NO CICLO 2026 DO PNTP

A corrida pelo reconhecimento no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) já começou e mobiliza câmaras municipais de todo o país, incluindo Minas Gerais, em torno de uma agenda estratégica: a transparência ativa e a qualidade da informação pública.

Coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas estaduais, Ministérios Públicos de Contas e diversas instituições, o programa busca fortalecer a transparência nas três esferas de governo e estimular boas práticas na gestão pública.

Nas próximas semanas, todos os portais eletrônicos das câmaras municipais mineiras serão avaliados. Os resultados serão divulgados no “Radar Nacional da Transparência Pública”, ferramenta que permite ao cidadão acompanhar, de forma clara, o nível de transparência dos órgãos públicos em todo o país.

As instituições que atenderem aos critérios estabelecidos poderão conquistar certificações e troféus nas categorias Prata, Ouro e Diamante — reconhecimentos que simbolizam não apenas cumprimento de normas, mas compromisso com governança, controle social e acesso à informação.

Os dados mais recentes reforçam o desafio. Em 2025, apenas 18 câmaras municipais mineiras foram premiadas, número considerado baixo diante do universo de legislativos locais, indicando amplo espaço para evolução.

O ciclo de 2026 já possui cronograma definido. A primeira etapa, de autoavaliação e envio das informações, ocorre entre os dias 20 de abril e 29 de maio. Em seguida, entre 1º de junho e 10 de agosto, será realizada a fase de validação e controle de qualidade pelas equipes de auditoria, incluindo a possibilidade de recursos.

A etapa final, entre 31 de agosto e 9 de outubro, será composta por auditorias amostrais conduzidas pela ATRICON, responsáveis por ratificar as notas atribuídas aos portais.

A participação é obrigatória e começa com o cadastro no sistema integrado da ATRICON. Nesse processo, o controle interno assume papel central, sendo responsável pela condução técnica da avaliação. Ainda assim, câmaras que não possuem controlador interno também podem alcançar desempenho máximo, desde que cumpram integralmente os requisitos previstos.

Mais do que um procedimento técnico, o PNTP representa um avanço institucional. A transparência ativa fortalece a confiança da população, amplia o controle social e reduz espaços para irregularidades.

Diante desse cenário, cabe uma reflexão direta aos gestores: qual posição sua Câmara pretende ocupar no ranking da transparência em 2026?



AUTOR – HENRIQUE LIMA QUITES

Auditor de Controle Externo do TCEMG, Controlador Interno, professor de pós-graduação da Escola de Contas e palestrante na área de gestão pública e controle.

EMENDAS IMPOSITIVAS EXIGEM NOVA POSTURA DOS VEREADORES: INDICAR, ACOMPANHAR E FISCALIZAR

A atuação parlamentar no âmbito municipal passa por uma transformação significativa, impulsionada pelo aumento das exigências de transparência, controle e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Com o fortalecimento das emendas impositivas e das chamadas “emendas Pix”, os vereadores passaram a ter maior capacidade de direcionar recursos para áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

No entanto, essa ampliação de poder trouxe consigo um novo nível de responsabilidade. Hoje, não basta indicar recursos: é necessário garantir que eles sejam corretamente executados e produzam resultados concretos para a população.

O compromisso do mandato não termina na destinação da verba. Pelo contrário, começa a partir dela. O vereador moderno precisa atuar de forma estratégica, conhecendo as demandas reais do município, avaliando a viabilidade das ações e acompanhando todas as etapas da execução.

A fiscalização contínua tornou-se indispensável. Isso inclui verificar a legalidade da aplicação dos recursos, a transparência dos atos administrativos, o cumprimento da finalidade pública e a efetividade dos resultados entregues.

O cenário institucional também evoluiu. O Supremo Tribunal Federal passou a exigir maior rigor na transparência e na rastreabilidade das emendas parlamentares, estabelecendo a necessidade de identificação clara do autor, do objeto financiado e da forma de aplicação dos recursos.

No caso das emendas Pix, o controle foi ampliado com a obrigatoriedade de registro no sistema Transferegov.br, incluindo plano de trabalho detalhado e informações que permitam fiscalização efetiva.

Esse novo ambiente exige preparo técnico. A assessoria jurídica qualificada passa a ser peça fundamental, contribuindo para orientar a atuação parlamentar, prevenir falhas e garantir segurança jurídica.

Mais do que nunca, o vereador que alia representatividade política à capacidade técnica se destaca. A credibilidade do mandato está diretamente ligada à capacidade de transformar recursos em benefícios reais para a população.

Em um cenário de controle cada vez mais rigoroso, a atuação eficiente é aquela que integra indicação responsável, execução adequada e fiscalização permanente.

Quando esses elementos estão alinhados, o resultado vai além da gestão administrativa: fortalece a imagem institucional, gera confiança pública e consolida o papel do Legislativo como agente de transformação social.



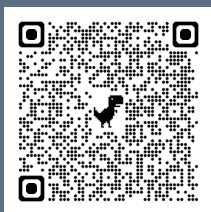
AUTOR – PAULO HENRIQUE

Advogado e sócio do Nogueira Corrêa Advogados Associados, com atuação em Direito Público, assessorando municípios, câmaras municipais e consórcios em temas relacionados à gestão pública, processo legislativo e controle institucional.

É VOCÊ QUE FAZ POLÍTICA!

Os participantes do Parlamento Jovem de Minas e demais interessados podem fazer o curso a distância “É você que faz política!”. O curso, autoinstrucional, tem carga horária de 6 horas e pode ser realizado até junho. O objetivo é promover uma reflexão sobre a política a partir da estrutura e organização do Estado Brasileiro e dos canais de participação popular. O conteúdo foi elaborado e revisado pela Escola do Legislativo da ALMG.

Mais informações:

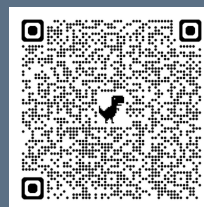


TSE APRESENTA DIAGNÓSTICO INÉDITO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE RACIAL NO SISTEMA ELEITORAL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresentou, na quarta-feira (15/4), um diagnóstico que detalha a discrepância entre a composição racial da sociedade brasileira e a representação nos espaços de poder político. O relatório "Análise da distribuição de candidaturas, vagas de eleitos e recursos de financiamento por perfil racial" consolida dados de 2014 a 2024, revelando como a concentração de recursos e de cadeiras legislativas ainda resiste à diversidade. O estudo atende a um pedido da Comissão de Promoção da Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral e foi lançado pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia.

O documento percorre o período em que a autodeclaração de cor e raça deixou de ser um dado estatístico para se tornar o pilar de políticas de ação afirmativa.

Mais informações:



Expediente

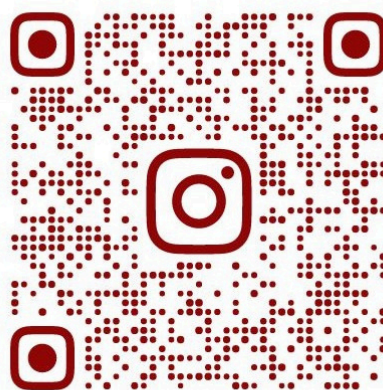
Associação para a Mobilização e União das Câmaras Municipais de Minas Gerais - AMCM

CONSULTORIA TÉCNICA
Walcir Boas Fonseca Júnior

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Sidnei Junior da Silva
REG. PROFISSIONAL: 13.698/MG

SITE AMCM:
www.portalamcm.com

E-MAIL:
associacao.amcm@gmail.com



@AMCM_MG
ACESSE NOSSO
INSTAGRAM

REALIZAÇÃO:



PARCERIAS:



Este boletim é disponibilizado gratuitamente a todos os interessados.
Mais informações, sugestões e solicitações: associacao.amcm@gmail.com